

## O PACOTE DE EDUARDO LEITE

O Governo do Estado divulgou no dia último dia 15, material intitulado: Reforma Estrutural do Estado, em que apresenta, as alterações que pretende encaminhar à Assembleia Legislativa, que incidem nas carreiras do funcionalismo e, em especial, na carreira do magistério.

Está apresentando este pacote aos diversos sindicatos, que representam o funcionalismo estadual. Necessário esclarecer, que as entidades não foram chamadas para contribuir na elaboração do projeto, apenas para tomar conhecimento.

A assessoria jurídica do CPERS/Sindicato, organizou de forma sintética, os principais ataques, em especial aos professores e funcionários de escola, que divulgo aqui, para conhecimento dos atingidos pelas medidas, bem como de toda a sociedade gaúcha.

Para os professores: Fim do atual plano de carreira; redução das férias para 30 dias; redução nos adicionais de unidocência, classe especial e penosidade; fim das convocações. Para professores e funcionários de escola: reajuste ZERO por tempo indeterminado; todas as gratificações e vantagens passam a integrar o básico do nível/classe correspondente; criação de parcela autônoma com a “sobra” das vantagens acima do básico, que não será reajustada; fim dos triênios, quinquênios e avanços; fim da incorporação de gratificações para a aposentadoria; aumento da contribuição para a aposentadoria; aumento do tempo de contribuição, conforme Reforma da Previdência Nacional; difícil acesso apenas para escolas do campo; redução ou extinção do abono permanência; fim do abono de falta, para participação em atividades sindicais. Aposentados: Quem recebe a partir de um salário mínimo, passará a contribuir com alíquotas que chegam até a 16,32% do salário; professores aposentados também terão todas as gratificações e vantagens integradas ao básico.

Contratados: Como a referência de hora-aula é o salário do concursado, os contratados também terão os salários congelados por tempo indeterminado.

Como se percebe, o pacote atinge a todo o funcionalismo, inclusive os aposentados. Mais uma vez, o custo do ajuste fiscal recairá sobre os servidores públicos. Nem sinal de cortes de benefícios fiscais ou combate à sonegação e contrabando.

Somente uma mobilização muito forte e unificada poderá obrigar Eduardo Leite a recuar. Todos são chamados à luta.

Marina Lima Leal

Canoas, outubro de 2019